



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

20 de junho de 2011
Edição 72

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macedo

João Campagna

Nathalia Margutti

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Produtos Veterinários

PROJETO DE LEI Nº 1.089, DE 2003 _____ 02

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº.467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

Defesa Sanitária

PROJETO DE LEI Nº 827, DE 2011 _____ 08

Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

Agroindústria

PROJETO DE LEI Nº 1.008, DE 2011 _____ 12

ALTERA O Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.

Fertilizantes

PROJETO DE LEI Nº 1.024, DE 2011 _____ 15

Altera o art. 1º da Lei n.º 10.925, de 23 de julho de 2004, que “Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências”.

Rótulos

PROJETO DE LEI Nº 1.474, DE 2011 _____ 17

Obriga o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto.

Sucroenergética

PROJETO DE LEI Nº 3.796 , DE 2008 _____ 19

Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.

PROJETO DE LEI Nº 1.089, DE 2003

Dep. Benedito de Lira - PPB /AL

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº.467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O Decreto-Lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 3º

§ 4º Aplicam-se aos produtos de uso veterinário as disposições relativas a medicamento genérico, medicamento similar, medicamento de referência , produto farmacêutico intercambiável , bioequivalência, biodisponibilidade, Denominação Comum Brasileira - DCB E Denominação Comum Internacional - DCI , contidas na Lei nº. 6360, de 23 de setembro de 1976, com a redação que foi dada pela Lei nº. 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 5º os produtos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentarão também , obrigatoriamente, com o mesmo destaque e na forma legível nas embalagens, nos rótulos, nas bulas, nos impressos , nos prospectos e nos materiais promocionais , a denominação comum brasileira – DCB , ou , na sua falta, a denominação comum internacional – DCI, em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a duas vezes do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca .

.....

Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectivo regulamento ficam sujeitas as penas de advertência ou multa, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis .

Parágrafo único. O valor da multa a que se refere o caput poderá variar entre 150 (cento e cinquenta) e 1.000.000 (um Milhão) de Unidades Fiscais de Referência – UFIR e será dobrado em caso de reincidência.”

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentará em cento e vinte dias :

I – Os critérios e condições para o registro e controle de qualidade dos produtos genéricos de uso veterinários .

II – Os critérios para a atenção da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de produtos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade.

III- os critérios para as provas de biodisponibilidade de produtos genéricos de uso veterinário.

IV- Os critérios para a dispensação de produtos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressada não-intercambialidade do profissional prescritor.

Art. 3º As aquisições de produtos de uso veterinário, sob qualquer modalidade de compra pelo Poder Público, e as prescrições de medicina veterinária, no âmbito da União , adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira- DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º O órgão federal responsável pela sanidade agropecuária editará, periodicamente, a relação dos produtos registrados no País, segundo a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, segundo a Denominação Comum Internacional- DCI, seguindo-se os nomes comerciais e as correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Nas aquisições a que se refere o caput, o produto genérico de uso veterinário, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preços.

Art. 4º É o Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento , autorizado a adotar medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de produtos genéricos de uso veterinário , com a finalidade de estimular sua adoção e uso no país.

Parágrafo único . O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação , divulgação, informação e educação sobre os produtos genéricos de uso veterinário.

Art. 5º Os laboratórios que produzem e comercializam produtos de uso veterinário terão o prazo de doze meses para procederem as alterações e adaptações necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .

Justificativa:

Recuemos ao ano de 1999 e veremos o quanto foi feliz o legislador brasileiro ao autorizar a fabricação e a comercialização dos remédios genéricos .

Hoje a competição é acirrada nas farmácias e muitas delas só oferecem o medicamento genérico, que conseguiu, com a sua entrada no mercado, reduzir os preços dos remédios, aliando-se a isso qualidade e baixo custo.

A popularidade dos remédios genéricos humanos trouxe a necessidade de aprovarmos, em caráter de urgência, a implantação do produto veterinário genérico, sendo o termo produto, o utilizado pelo Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que se encontra defasado da nova realidade dos avanços no setor de medicamentos de uso veterinário.

Nossa propositura é fruto de um incansável trabalho desenvolvido pelo ex-Deputado Cunha Bueno, autor da primeira propositura sobre o tema em 2001.

Como colegas de partido estamos reapresentando a matéria, com pequenas algumas adaptações, para beneficiar milhões de produtores rurais, quer sejam na bovinocultura, ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura .

Entendemos que com a aprovação do projeto, que ora submeto aos meus pares, iremos mudar substancialmente os preços dos medicamentos agropecuários no país , beneficiando toda a sociedade brasileira, abrindo espaço para uma concorrência saudável para o agricultor e o agronegócio..

Esta iniciativa certamente contribuirá para proporcionar melhor competitividade em setor cartelizado e dominado por poucas empresas . Diante da importância desta iniciativa, esperamos o apoio do Congresso Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 2003.

Deputado BENEDITO DE LIRA

PP- AL

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara Federal

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=353051

Data de Apresentação: 27/05/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Aguardando Retorno .

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Dispõe que o MAPA estabelecerá critérios para a atenção da equivalência terapêutica, com prova de bioequivalência de produtos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade.

Indexação: Alteração, decreto-lei federal, critérios, utilização, medicamento genérico, produto veterinário, obrigatoriedade, colocação, (DCB), (DCI), embalagem, rótulo, impresso, bula, realização, teste de bioequivalência, teste de biodisponibilidade, penalidade, infrator.

Tramitação:

27/5/2003 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Benedito de Lira (PPB-AL).(íntegra)

12/6/2003 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura e Política Rural e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)

18/6/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPR.

18/6/2003 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 19 06 03 PÁG 28214 COL 02. (publicação)

24/6/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Moacir Micheletto

1/8/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 04/08/2003

14/8/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas. Foi apresentada uma emenda ao projeto.

2/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Moacir Micheletto(íntegra)

2/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvido ao Relator, Dep. Moacir Micheletto

4/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Moacir Micheletto, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da EMC 1/2003 CAPR.(íntegra)

5/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Abertura de Prazo para Emendas ao Substitutivo a partir de 08/12/2003

12/12/2003 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

14/4/2004 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Aprovado por Unanimidade o Parecer

15/4/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

19/4/2004 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 20/04/04, Pag 17462 Col 02, Letra A.(publicação)

- 28/4/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Designado Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)
- 29/4/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 30/04/2004
- 29/4/2004** - PLENÁRIO (PLEN)
Apresentação do Requerimento, REQ 1780/2004, pelo Dep. Leonardo Vilela(íntegra)
- 11/5/2004** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
- 9/6/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Fernando Coruja(íntegra)
- 9/6/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Parecer do Relator, Dep. Fernando Coruja, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste nos termos do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela injuridicidade da emenda apresentada na CAPADR.(íntegra)
- 19/10/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Aprovado por Unanimidade o Parecer
- 25/10/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Encaminhado à CCP.
- 25/10/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Encaminhamento de parecer à CCP para publicação.
- 25/10/2004** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Proposição recebida para publicação.
- 27/10/2004** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 28/10/04, Pag 46548 Col 02, Letra B.(publicação)
- 5/11/2004** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Abertura de Prazo para Recurso a partir de 08/11/2004 DCD 06/11/04 Pag 47068 Col 02.
- 12/11/2004** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Encerramento automático do Prazo para Recurso.
- 16/11/2004** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Ofício SGM-P 2383/2004 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD.
- 16/11/2004** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Encaminhado à CCP
- 17/11/2004** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Encaminhado à CCJC.
- 17/11/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Recebimento pela CCJC.
- 24/11/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Designado Relator da Redação Final, Dep. Inaldo Leitão (PL-PB)
- 24/11/2004** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Apresentação da Redação Final pelo Dep. Inaldo Leitão(íntegra)

30/11/2004 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Aprovada a Redação Final por Unanimidade

15/12/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Remessa ao Senado Federal, através do Of PS GSE 1776/04.

17/11/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Recebido o Ofício 2228/2010, do Senado Federal, que comunica à Câmara dos Deputados que aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 (PL nº 1.089, de 2003, nessa Casa), que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências", que ora encaminho para apreciação dessa Casa. (íntegra)

17/11/2010 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 1089/2003, pelo Senado Federal, que: "Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 (PL nº 1.089, de 2003, na Casa de origem), que 'Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências'. Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário, e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário. ".

22/11/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

(SUBSTITUTIVO DO SENADO) Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)

25/11/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

25/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

1/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Zonta (PP-SC)

14/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CAPADR, pelo Deputado Zonta (PP-SC).(íntegra)

14/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Zonta (PP-SC), pela aprovação deste.(íntegra)

15/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

16/12/2010 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

16/3/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4/5/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL).(íntegra)

4/5/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado.(Íntegra)

25/5/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 1902/2011, pelo Deputado Raul Lima (PP-RR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL 1089, de 2003, que 'altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.'".(Íntegra)

2/6/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento n. 2021/2011, pelo Deputado César Halum (PPS-TO), que: "Requeiro a V.Exª, nos termos do artigo 52, § 6º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio ao Plenário, do Projeto Lei nº 1.089, de 2003, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.'".(Íntegra)

7/6/2011 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Aprovado o Parecer.

15/06/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 16/06/11, Letra E.

15/06/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2173/2011, pelo Deputado César Halum (PPS-TO), que: "Requer urgência para votação do Projeto de Lei n.º 1.089, de 2003, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 827, DE 2011

Dep. Ricardo Izar - PV/SP

Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas que visam à defesa e à promoção da sanidade de animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dispõe sobre as indenizações a que podem fazer jus seus proprietários, em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público, nas condições que especifica.

Art. 2º Sempre que, para salvaguardar a saúde pública ou por interesse da defesa sanitária animal ou vegetal, venha a ser determinado o sacrifício de animais doentes, a erradicação de vegetais ou fungos ou a destruição de coisas ou construções rurais, caberá ao respectivo proprietário indenização em dinheiro, mediante prévia avaliação.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se a organismos terrestres ou aquáticos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, bem assim às respectivas instalações, benfeitorias e equipamentos.

Art. 3º Serão sacrificados os animais atingidos por qualquer das zoonoses ou doenças infecto-contagiosas especificadas como passíveis de sacrifício obrigatório no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934.

Art. 4º Serão erradicados os vegetais, fungos ou suas partes, atingidos por pragas ou doenças passíveis de disseminação, especificadas como passíveis de erradicação obrigatória no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Art. 5º As indenizações devidas em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público serão pagas:

I – no caso de sacrifício de animais, inclusive os objeto de aquicultura, de acordo com as seguintes bases:

- a) quarta parte do valor do animal, se a doença for tuberculose;
- b) metade do valor, nos casos de zoonoses;
- c) dois terços do valor, nos demais casos de doenças infectocontagiosas;
- d) valor total do animal, quando a necropsia ou outro exame não confirmar o diagnóstico clínico.

II – no caso de erradicação de vegetais, fungos ou suas partes, com base no custo de produção, levando-se em conta a depreciação determinada pela doença ou praga, bem assim o possível aproveitamento do material resultante da condenação;

III – no caso de destruição de coisas ou construções rurais, será igual ao valor total da respectiva avaliação.

§ 1º Far-se-á desconto na avaliação quando parte das coisas ou construções condenadas seja julgada em condições de aproveitamento.

§ 2º Não caberá indenização quando:

- I – se tratar de raiva, pseudorraiva ou outra doença animal considerada incurável e letal;
- II – ocorrida a doença, não comprove o responsável o atendimento das medidas sanitárias estabelecidas em lei;
- III – o proprietário houver infringido qualquer dispositivo dos Regulamentos dos Serviços de Defesa Sanitária Animal ou Vegetal ou das instruções especiais baixadas pelo Poder Público para a erradicação da praga ou doença em questão.

Art. 6º Os animais, vegetais, fungos, construções e demais bens passíveis de indenização serão avaliados por perito legalmente habilitado a fazê-lo, constituído de comum acordo pelas partes.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, considera-se o proprietário uma das partes e, a outra, o Poder Público, representado pelo Governo da União, do Estado ou do Distrito Federal.

§ 2º Inexistindo acordo para a constituição do perito a que se refere o caput, cada uma das partes poderá constituir um perito, devendo os respectivos laudos, se divergentes, ser submetidos a Comissão de Recursos criada e mantida pelo Poder Público, na forma do Regulamento desta Lei, que deliberará a respeito, podendo para tanto constituir um terceiro perito.

§ 2º Havendo um único laudo, ou inexistindo divergência entre os laudos lavrados pelos peritos das partes, poderá ser interposto recurso à Comissão referida no § 2º deste artigo, no prazo de trinta dias, nas seguintes hipóteses:

I – por representante do Governo Federal, Estadual ou Distrital, se este considerar excessiva a avaliação ou incabível a indenização;

II – pelo proprietário dos animais, vegetais, fungos, coisas ou construções rurais, quando lhe for negada a indenização ou se reputar insuficiente a avaliação.

Art. 7º A indenização será paga pelo Governo da União à conta da dotação consignada em orçamento especialmente para esse fim, de crédito adicional a que se dê o mesmo destino, ou da dotação orçamentária destinada às despesas com a defesa sanitária animal e vegetal.

§ 1º Havendo acordo ou convênio entre o Governo da União e o do Estado ou do Distrito Federal, com a contribuição de uma ou outra entidade, para execução de serviços públicos de defesa sanitária animal ou vegetal, um terço da indenização sairá da contribuição estadual, saindo da contribuição federal os dois terços restantes.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, se os animais que vierem a ser sacrificados estiverem em propriedades localizadas na faixa de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, e os sacrifícios decorrerem da aplicação de medidas sanitárias de combate ou erradicação da febre aftosa, a integralidade da indenização poderá ser arcada pela União.

Art. 8º O direito de pleitear a indenização prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data em que for sacrificado o animal, erradicados os vegetais ou fungos, ou destruída a coisa ou construção.

Art. 9º O Regulamento desta Lei definirá, entre outros aspectos, a vinculação institucional, a composição e os estatutos da Comissão de Recursos a que se refere o art. 6º desta Lei, da qual deverão necessariamente participar representantes do Poder Público e prepostos de entidades representativas dos setores agropecuário e aquícola.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revoga-se a Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948.

Justificativa:

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de toda política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população.

São notórios os danos causados pela irrupção de pragas e doenças na agricultura e na criação de animais, em todo o mundo. Um exemplo amplamente conhecido, por sua gravidade e trágicas consequências, ocorreu no século XIX — 1845 a 1850 —, na Irlanda, quando a disseminação de uma doença conhecida como “requeima”, tendo como agente etiológico o fungo *Phytophthora infestans*, devastou plantações de batata, ensejando uma grande fome naquele País.

No Brasil, muitos já foram os prejuízos ocasionados por agentes patogênicos que atingiram nossa agricultura e pecuária. Os exemplos são inúmeros, tanto antigos como recentes, tais como: a “ferrugem” (doença fúngica) do cafeeiro; o “bicudo” (inseto-praga) do algodoeiro; surtos de febre aftosa (doença ocasionada por vírus) na bovinocultura; a “ferrugem” (doença fúngica) da soja; o “cancro” e o “greening” (doenças bacterianas) dos pomares cítricos; ou a chegada, em 1989, da doença fúngica denominada “vassoura de bruxa” aos cacauais da Bahia, causando grande crise econômica e levando o Brasil a passar de maior produtor e exportador de cacau à condição de quinto maior produtor e importador desse produto.

Datam de 1934 os Regulamentos dos Serviços de Defesa Sanitária Animal ou Vegetal, baixados por decretos e vigentes até hoje no Brasil. Ali se estabelecem normas gerais relativas a importação, exportação, trânsito, comercialização, inspeção, combate a doenças e pragas, medidas de profilaxia, desinfecção ou expurgo, sacrifício de animais, erradicação de plantas, indenização aos proprietários, entre outros aspectos.

A Lei nº 569, de 1948, trata do sacrifício de animais doentes e da destruição de coisas ou construções rurais, para salvaguardar a saúde pública ou por interesse da defesa sanitária animal, ressaltando caber ao respectivo proprietário indenização em dinheiro, mediante prévia avaliação. Essa antiga norma legal permanece em vigor, tendo a Lei nº 11.515, de 2007, alterado alguns de seus dispositivos.

A Lei nº 8.171, de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”, é outra norma legal que se ocupa da questão relativa à defesa agropecuária. Vários dispositivos relativos a esse tema lhe foram acrescentados pela Lei nº 9.712, de 1998, recompondo-se assim o capítulo específico dessa norma legal, que fora suprimido por veto presidencial.

Entendemos que o ordenamento jurídico nacional carece de uma lei atualizada, que contemple de forma abrangente a questão relativa à defesa da produção animal e vegetal, e de outras importantes atividades, tais como o cultivo de cogumelos — eis que os fungos pertencem a outro reino, diferente do vegetal e do animal — e a aquicultura. Essa lei deverá dispor, de forma igualmente abrangente, sobre as indenizações a que têm direito os proprietários desses bens, em caso de sacrifício, erradicação ou destruição determinada pelo Poder Público.

A falta de uma norma legal atualizada e abrangente tem levado muitos produtores rurais a sofrer grandes prejuízos, recorrendo com frequência ao Poder Judiciário para fazer valer um direito legítimo, qual seja: o de serem indenizados, sempre que o Poder Público determinar o sacrifício de bovinos, suínos, aves, peixes ou outros animais de criação; o corte de árvores frutíferas; ou quaisquer outras perdas decorrentes de ações sanitárias, motivadas pela irrupção — ou mera suspeita — de doenças ou pragas.

O presente projeto de lei procura suprir essa lacuna, substituindo a antiga e defasada Lei nº 569/1948 — da qual se aproveitam vários dispositivos — por uma norma abrangente e moderna. Uma importante inovação encontra-se no art. 6º, que estabelece que os animais, vegetais, fungos, construções e demais bens passíveis de indenização serão avaliados por perito legalmente habilitado a fazê-lo, constituído de comum acordo pelas partes. Inexistindo acordo, cada parte poderá constituir seu perito, cabendo a decisão a uma Comissão de Recursos, a ser criada e mantida pelo Poder Público, na qual terão assento prepostos de entidades representativas dos setores agropecuário e aquícola.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=495949>

Ementa: Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Revoga a Lei nº 569, de 1948, sobre medidas de defesa sanitária.

Tramitação:

23/03/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 827/2011, pelo Deputado Ricardo Izar (PV-SP), que: "Estabelece medidas de defesa sanitária aplicáveis a animais, vegetais ou fungos, objeto de atividade agropecuária ou aquícola, e dá outras providências". Inteiro teor

23/03/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 24/03/2011

27/04/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor

27/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 28/04/2011

29/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

02/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

31/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG)

01/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/06/2011)

14/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.

PROJETO DE LEI Nº 1.008, DE 2011

Dep. Sandro Alex - PPS/PR

ALTERA O Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo terceiro:

“Art. 5º.....

.....
§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º A publicação dos preços mínimos garante aos beneficiários desta Lei a sua percepção integral, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A Política Geral de Preços Mínimos - PGPM é uma importante ferramenta para garantir renda ao produtor rural e oferta da produção para a sociedade. Além disso, a subvenção do governo é necessária em determinado momento para garantir a transferência do excedente de uma região para outra, principalmente para os produtos sensíveis à elevação do custo de transferência.

O estudo de autoria de Mauro Osaki e de Mário Otávio Batalha, apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER em 2009, além de outros estudos, reportam os benefícios da PGPM no setor produtivo.

A agricultura é um setor muito sensível às decisões políticas ligadas a macroeconomia e ao comportamento microeconômico dos seus agentes econômicos. O crescimento econômico internacional e nacional, as políticas fiscal, monetária e cambial estão entre os fatores que interferem direta e indiretamente na rentabilidade do setor agrícola.

Por outro lado, o comportamento do produtor tem uma relação direta com a percepção efetiva que ele tem da remuneração da sua atividade, sendo que o setor agrícola convive com ciclos de sazonalidade e preço. Essas condições podem influenciar substancialmente a remuneração do produtor, o que faz com que haja a necessidade da intervenção do governo para garantir a renda do agricultor e a oferta de produção em determinados períodos e regiões.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cujos primórdios remontam à década de 30, visa proteger a rentabilidade do produtor rural no

período de excedente de oferta agrícola. A fixação do preço mínimo antecipado serve como parâmetro de orientação aos agricultores para a alocação de recursos.

A evolução histórica brasileira das políticas agrícola e de preços mínimos pode ser dividida em quatro fases: 1) fase da agricultura primitiva; 2) fase da modernização da agricultura; 3) fase de transição da agricultura; e 4) fase da agricultura sustentável.

A primeira fase abrange o período entre 1930 e 1965 quando foram criadas diversas instituições como: o Conselho Nacional do Café (CNC), em 1931; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933; a Carteira de

Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em 1943; e a Carteira de Financiamento da Produção (CFP), então responsável pela gestão da PGPM.

A segunda fase, entre 1965 e 1985 registrou mudanças na política agrícola do País, com medidas de reformulação e regulamentação da PGPM e da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Além disso, foi marcada pelo uso, em alta escala, de subsídios ao crédito e, em algumas ocasiões, da própria PGPM como mola propulsora à expansão da fronteira agrícola na produção de grãos para as regiões de cerrados, com os projetos POLOCENTRO e PRODECER. Nessa época foi editado o Decreto-Lei nº. 79, de 19 de dezembro de 1966, que estabeleceu normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários.

A terceira fase, de 1985 a 1995, foi marcada pela decisão do governo federal de eliminar o subsídio ao crédito. Além disso, o período foi marcado por diversos planos de estabilização econômica, pelo processo de abertura comercial, pela redução da oferta de crédito oficial, pela redução de subsídio implícito nas taxas de juros do crédito, pela utilização mais intensa da PGPM

para subsidiar o custo de transporte e pela escalada no endividamento do setor rural.

A última fase, dita da “agricultura sustentável”, teve início em 1995. Caracteriza-se por ações do governo que tentam solucionar o problema do endividamento rural através da securitização. Paralelamente, observou-se a estabilização interna dos preços com a implantação do Plano Real, a ampliação da abertura comercial e a criação de novos instrumentos para a política agrícola – menos intervencionista e mais orientada para o mercado –, como o Prêmio de Escoamento de Produtos (PEP) e o Contrato de Opções.

A obrigação legal decorrente do Decreto-Lei nº 79, de 1966, de execução anual da PGPM e a divulgação dos indicadores de sua formulação ajudam os produtores rurais - notadamente os pequenos agricultores familiares - a tomarem decisões estratégicas a respeito do que plantar.

O seu artigo 5º estabelece como são definidos, anualmente, os preços mínimos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN - levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados interno e externo, além dos custos de produção com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. No entanto, essa prática, adotada desde 1966, não atende plenamente aos produtores.

O preço mínimo não cobre a totalidade das despesas inerentes às atividades agrícola, pecuária e extrativista. De fato, a CONAB, além de observar o preço mínimo previamente publicado pelo MAPA, vem ressarcindo as despesas de sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS incidente sobre a produção. Mas ficam de fora, sob a inteira responsabilidade dos produtores, as despesas de limpeza e secagem. Essa é a razão da frustração quando recebem o preço mínimo em face do desconto dos custos dos serviços de limpeza e secagem,

despesas que igualmente os oneram quando se encarregam de executá-los, diretamente (ou mediante a contratação de terceiros), por não lhes serem ressarcidas.

Essa é a razão pela qual apresentamos o presente projeto que beneficia duplamente aos produtores rurais: tanto por fixar em lei os serviços cujos custos terão direito ao ressarcimento – atualmente fixado por legislação infralegal - quanto por ampliar o rol desses serviços, incluindo o ressarcimento das despesas de limpeza e secagem indispensáveis à sua atividade.

O aprimoramento da Política Geral de Preços Mínimos-PGPM , cobrindo integralmente os custos de produção é a única forma de garantir renda para que os produtores, notadamente os pequenos agricultores familiares, possam manter seus filhos com dignidade.

Nesse sentido, peço o irrestrito apoio dos ilustres pares na aprovação deste projeto de lei.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara Federal

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498081>

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.

Indexação: Alteração, decreto-lei federal, normas, definição, preço mínimo, produto agrícola, ressarcimento, valor, custos, limpeza, secagem, armazenamento, classificação, reclassificação, embalagem, ICMS.

Tramitação:

04/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

31/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)

PROJETO DE LEI Nº 1.024, DE 2011

Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP

Altera o art. 1º da Lei n.º 10.925, de 23 de julho de 2004, que "Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Essa lei reduz a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de agentes de controle biológico utilizados como defensivos agropecuários.

Art. 2º O art. 1º da Lei n.º 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º

XVIII - agentes de controle biológico utilizados como defensivos agropecuários, classificados no código 0106.90.00 da Tipi.

§ 3º No caso do inciso XVIII, o disposto no caput deste artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2016."(NR)

2

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificativa:

A Lei n.º 10.925/2004 concedeu um conjunto de incentivos fiscais na tributação do PIS/Cofins extremamente importante para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro.

Um dos segmentos contemplados foi o de defensivos agropecuários. Nesse segmento, as indústrias de defensivos se beneficiaram com a alíquota zero do PIS e da COFINS, mero benefício não alcançou os produtos comercializados pelas empresas produtoras de agentes biológicos.

O projeto ora apresentado visa a corrigir essa situação, de modo a que os produtos baseados em agentes de controle biológico, como vespas e outros organismos possam ser também incentivados.

Conto assim com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desse projeto.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara Federal

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=353051

Ementa: Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que "Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Reduz a zero as alíquotas do Pis/Pasep e Cofins incidentes na importação e venda de agentes de controle biológico utilizados como defensivos agrícolas.

Indexação: Redução, alíquota zero, Pis/Pasep, Cofins, importação, receita bruta, venda, agente, controle biológico, agrotóxico.

Tramitação:

04/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

31/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Luiz Nishimori (PSDB-PR)

PROJETO DE LEI Nº 1.474, DE 2011

Dep. Vander Loubet - PT/MS

Obriga o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável deve apresentar esta informação ao consumidor no rótulo do produto, em lugar e com tamanho visível, conforme especificado em norma técnica aprovada pelo órgão competente de metrologia, normalização e qualidade industrial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor um ano após a data da sua publicação.

Justificativa

O Brasil produz 230 mil toneladas de lixo por dia.

Desse total, apenas 2% são reciclados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Olinda (PE), estudantes estão ajudando a mudar esses números. Eles transformam sucata em arte.

Os resultados da reciclagem são expressivos tanto no campo ambiental, como nos campos econômico e social.

A reciclagem pode, por um lado, reduzir a demanda por matéria prima, ajudando a conservar os recursos naturais; e, por outro, reduzir o impacto dos resíduos sólidos sobre o solo, o ar, a água e a saúde da população.

A matéria-prima reciclada, em muitos casos, é mais barata do que a matéria-prima extraída do meio natural, o que possibilita a redução do preço dos produtos.

No âmbito social, a reciclagem tem gerado muitos postos de trabalho e renda para pessoas que vivem nas camadas mais pobres.

É necessário, portanto, estimular a reciclagem no Brasil. É com este propósito que estamos apresentando o presente Projeto, obrigando o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto.

Pesquisas recentes mostram que metade dos brasileiros leva em consideração o fato de um produto ter embalagens recicláveis e respeita critérios ambientais e sociais na hora de fazer suas compras.

Outra pesquisa, realizada pela organização não governamental ambientalista WWF-Brasil, junto com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), sobre os hábitos de consumo dos brasileiros, indica que um em cada quatro brasileiros separa o lixo reciclável em casa. No entanto, 67% dos entrevistados afirmaram que colocam todo o lixo em sacos plásticos, para que sejam levados pelo lixeiro, sem separar o que é reciclável do chamado lixo orgânico. Na Região Nordeste o percentual é de 84%, enquanto no Norte e Centro-Oeste, é de 80%.

Além disso, só 5% das pessoas se preocupam em enviar o lixo seco diretamente para a reciclagem e o lixo orgânico para a produção de adubo.

Estamos convencidos de que a informação sobre a reciclabilidade das embalagens ou dos produtos nos rótulos dos mesmos vai estimular o consumidor brasileiro a contribuir ainda mais com a reciclagem.

VANDER LOUBET

Deputado Federal

PT/MS

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=504693>

Ementa: obriga o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto.

Tramitação:

15/06/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

PROJETO DE LEI Nº 3.796 , DE 2008

Dep. Eduardo Valverde - PT/RO

Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira, para distinguir as empresas ou instituições que observam a legislação trabalhista e estimulam a melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores.

Art. 2º Para que a empresa ou instituição faça jus ao selo, deve atender aos seguintes requisitos:

I – possuir certidão negativa de autuações trabalhistas;

II – estar adimplente com suas obrigações fundiárias e previdenciárias;

III - fornecer aos empregados, gratuitamente, programa de alfabetização com instrutor devidamente capacitado, ou mediante contrato ou convênio com instituição pública ou privada, cuja atividade seja dedicada ao ensino, a ser ministrado preferencialmente no local de trabalho.

IV – demonstrar política de inclusão de mulheres e de portadores de deficiência física no ambiente de trabalho .

Art. 3º As empresas que preencherem os requisitos e forem avaliadas positivamente:

I – terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, desde que a empresa e o projeto de financiamento atendam a todos os critérios e exigências estabelecidos pelas instituições federais de crédito;

II – receberão o selo “Empresa Modelo na Gestão da Qualidade do Trabalho” a ser concedido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As empresas que obtiverem o selo disposto neste artigo poderão utilizá-lo em peças publicitárias, placas informativas e papéis timbrados, como forma de demonstrar à sociedade sua contribuição no combate ao analfabetismo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa:

A imprensa sempre tem noticiado a ainda lamentável ocorrência da exploração da mão-de-obra no cultivo e na indústria da cana-de-açúcar.

Não é segredo que o trabalho é realmente muito árduo e que submete o trabalhador a profundo desgaste.

Ocorre que este estigma tem afetado toda a indústria canavieira. A chegada da fase da produção dos biocombustíveis propiciou que, como forma de reação dos países contrários ao combustível alternativo, a indústria brasileira fosse mais uma vez rotulada como socialmente injusta.

O selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira tem por escopo estimular que as empresas busquem a melhoria da qualidade das suas relações de trabalho e possam, assim, buscar o reconhecimento da sociedade e do mercado.

Nosso objetivo é ver o trabalhador camponês incorporado a uma empresa que observa a legislação trabalhista, propicia mecanismos para que ele vença as barreiras do ensino, que cumpra suas obrigações fiscais e previdenciárias e que tenha responsabilidade para com o combate à discriminação por gênero ou por deficiência física.

Devido aos fundamentos éticos, jurídicos e sociais deste projeto de lei, esperamos contar com o necessário apoio parlamentar para transformá-lo em norma jurídica, inclusive como mais uma forma de dar eficácia ao princípio constitucional de valorização social do trabalho.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado

http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=400662

Data de Apresentação: 05/08/2008

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Ementa: Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.

Indexação: Criação, selo de certificação, qualidade, indústria, cana-de-açúcar, relação, trabalho, cultivo, produção, exigência, critérios, direitos trabalhistas, obrigação trabalhista, obrigação previdenciária, regularização fundiária, política, inclusão, mulher, pessoa portadora de deficiência, concessão, Governo Federal.

Tramitação:

5/8/2008 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pela Deputada Rebecca Garcia (PP-AM).(íntegra)

12/8/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)

12/8/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.

12/8/2008 - Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP(SGM))

Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.

13/8/2008 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 14/08/2008.

14/8/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

3/9/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designada Relatora, Dep. Jusmari Oliveira (PR-BA)

4/9/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/09/2008)

16/10/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

- 16/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Devolvida sem Manifestação.
- 17/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Designado Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT)
- 18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Homero Pereira (PR-MT).(íntegra)
- 18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Parecer do Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT), pela rejeição.(íntegra)
- 1/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Vista ao Deputado Zonta.
- 2/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Devolução de Vista (Dep. Zonta).
- 8/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Retirado de pauta, de ofício.
- 15/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Retirado de pauta pelo Relator.
- 31/1/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.(publicação)
- 9/2/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Apresentação do REQ 261/2011, pela Dep. Rebecca Garcia, que solicita o desarquivamento de proposição.(íntegra)
- 16/2/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-261/2011.(íntegra)
- 23/3/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 24/03/2011)
- 7/4/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- 4/5/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Designado Relator Substituto, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- 4/5/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CAPADR, pelo Dep. Ronaldo Caiado
- 4/5/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO), pela rejeição.(íntegra)
- 4/5/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Jesus Rodrigues, Marcon e Luci Choinacki.
- 18/5/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Parecer recebido para publicação.

18/5/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Recebimento pela CTASP.

19/5/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 20/05/11, Letra A.

31/05/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Designado Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)

02/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 03/06/2011)

15/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.